

## RESENHA

# As várias independências: resenha do livro “A Independência do Brasil: temas de pesquisa e ensino de história”

Luísa Cutrim<sup>1</sup>

A obra *A Independência do Brasil: temas de pesquisa e ensino de história* foi publicada em 2022, sob a organização das historiadoras Kelly Eleutério Oliveira e Renata Silva Fernandes, pela editora Traço Fino. No ano de comemorações do bicentenário da Independência, a obra tem como objetivo apresentar quadros gerais sobre algumas temáticas discutidas pela historiografia nas últimas décadas em relação aos processos de Independência do Brasil e de construção do Estado Nacional no século XIX. Os artigos reunidos na obra foram produzidos por professores e pesquisadores do Ensino Básico e do Ensino Superior de diferentes regiões do país. Além disso, o ponto central das produções é a integração da historiografia acadêmica com um público mais amplo, principalmente com os docentes de ensino básico. O livro é dividido em onze capítulos, com enfoque em temas relevantes sobre a Independência, tais como: cidadania, práticas políticas e participação popular. Em todos eles, constam ainda uma seção chamada “para a sala de aula” que tem o intuito de propor caminhos pedagógicos para a abordagem das temáticas em sala de aula.

A obra está pautada na perspectiva de que a Independência foi um processo plural, não linear, e que envolveu diferentes grupos sociais. Como apresenta István Jancsó (2005, p.18) – na já clássica coletânea *Independência: História e Historiografia*, o rompimento do mosaico que constituía o Império português fez com que, na América, os padrões de ordenamento fossem subvertidos por “uma combinação de rupturas e permanências que alterou a qualidade do todo e, portanto, de cada uma das partes”. Ainda nesse caminho, a coletânea da presente resenha dialoga com a nova história política, reforçando a ideia de que a emancipação política do Brasil não era equivalente a constituição do Estado nacional (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p.393). Todos os artigos que compõem a obra ressaltam tais aspectos, de que não houve uma única Independência, pautada em uma data fixa e a partir somente de um “acordo palaciano”. Mas sim, de que havia múltiplos projetos políticos

---

1 Doutorado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.  
E-mail: [luisacutrim91@gmail.com](mailto:luisacutrim91@gmail.com).

em disputa em tal contexto. A principal contribuição da obra é conseguir condensar tais discussões por meio de uma linguagem acessível ao público mais amplo, sem, no entanto, tornar as análises simplistas.

O primeiro capítulo, “Das capitâneas às províncias: o governo dos territórios na Independência do Brasil”, foi escrito pelas historiadoras Kelly Oliveira e Renata Fernandes. O texto é pautado na perspectiva da Sérgio Buarque de Holanda, de que Independência e unidade não nasceram juntas. Ou seja, no momento do estabelecimento das Cortes portuguesas, em 1820, o Brasil era na verdade formado por uma pluralidade de territórios. Sendo assim, as autoras discutem tanto sobre como se deu a transição das capitâneas para províncias, como sobre os debates realizados nas Cortes de 1820 e na Assembleia constituinte de 1823 sobre as propostas de organização dos recém-criados governos das províncias. Tais cenários ressaltam que a transformação dessas capitâneas dispersas em províncias integradas ao Império foi construída por diferentes processos políticos, territoriais e identitários. Na seção “Para sala de aula”, as autoras propõem duas atividades: a primeira seria na apresentação de representações cartográficas históricas de diferentes períodos para debater aspectos técnicos e sociopolíticos. E a segunda atividade seria realizar a análise e a contraposição de definições presentes em dicionários de época e atuais, com enfoque em palavras/conceitos como “capitania”, “província”, “estado” e “nação”. O objetivo das propostas é tanto trabalhar com diferentes fontes históricas, quanto reforçar habilidades como comparação e contextualização, aspectos essenciais para o Ensino de História.

De autoria de Andréa Lisly Gonçalves, o segundo capítulo “As independências do Brasil e a contrarrevolução”, tem entre os seus objetivos analisar os desdobramentos da Revolução do Porto e apresentar algumas repercussões da emancipação política do Brasil nos setores contrarrevolucionários de Portugal. Como o principal contexto de análise da autora é o período de crise dos impérios modernos, ela defende que os temas da revolução e da contrarrevolução só podem ser entendidos a partir de perspectivas transnacional e transcontinental. As discussões suscitadas pelo capítulo reforçam a ideia de que a contrarrevolução seria a outra face do processo revolucionário da Independência. Assim como, fica claro que, mesmo com a separação política entre Brasil e Portugal, os impérios continuaram a se influenciar mutuamente. Ao final, a autora propõe na seção “Para Sala de Aula” a resolução de uma cruzadinha, formada pelas palavras destacadas ao longo do seu texto, como “corcunda”, “absolutismo” e “revolução”. Além disso, também sugere a produção de um resumo sobre o tema das independências e da contrarrevolução.

Em “Sociedade e cidadania na época da Independência”, Carlos de Oliveira Malaquias se debruça sobre uma das grandes questões da construção do Estado Nacional recém independente: o enquadramento da população livre e não branca nos limites da

cidadania ao mesmo tempo que se mantinha a escravidão. Tais grupos, ainda que heterogêneos, compartilhavam de perspectivas sobre a liberdade que foram fundamentais para a participação nas guerras de Independência. Mesmo com a permanência da escravidão no pós-Independência, o autor destaca o ponto de ruptura no estatuto civil e político dos descendentes de escravos. Isto porque, a Constituição de 1824 estabelecia como cidadãos brasileiros todos aqueles nascidos no Brasil, sem distinção de cor. Entretanto, na dinâmica cotidiana, essa “cidadania desracializada” não alterou os preconceitos que continuavam a reafirmar uma visão de mundo hierárquica e a embasar a construção do novo Estado. Como proposta para trabalho em sala de aula, o autor apresenta um excerto do Presidente da Câmara e Juiz Ordinário da Cidade de São Cristóvão, da província do Sergipe. O trecho destaca como os negros e pardos esperavam a igualdade civil com a Independência. Logo, auxilia na compreensão sobre as dificuldades que as expectativas geradas pela busca da cidadania geraram na maior parte da sociedade brasileira.

O Capítulo 4, “O comércio de gente no alvorecer do Brasil independente”, de Paulo Henrique Fontes Cadena, vai continuar com as discussões relacionadas à escravidão, a qual foi mantida após a Independência. Cadena descreve com riqueza de detalhes o desembarque de cativos nos portos de Recife, permitindo visualizar de maneira clara a dinâmica perversa que marcava o comércio de gente no século XIX. A partir da pesquisa do professor Marcus Carvalho e nos relatos de contemporâneos, o autor analisa a trajetória de dois personagens, Visconde de Albuquerque, importante traficante de escravos, e o Marquês de Olinda, que ocupou altos cargos políticos no Império. Desse modo, o autor consegue mapear as redes de favores e de financiamentos que foram feitas por grandes traficantes de escravos às figuras por eles protegidas. Tais despesas eram, na verdade, investimentos, visto que se revertia em representação e proteção política no Estado Nacional recém-inaugurado. O autor destaca, na seção “Para Sala de Aula”, alguns instrumentos de apoio que estão disponíveis atualmente, como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e a base de dados *slavevoyages.com*. Sendo assim, o autor propõe que pesquisas direcionadas sejam feitas pelos alunos nas plataformas.

Já no Capítulo “Constituir o Brasil, consolidar a Independência: debates sobre a integridade do Brasil na Assembleia Geral de 1823”, Alexandre Bellini Tasca trabalha com os debates da Assembleia Constituinte de 1823 para perceber como o “estado de independência do Brasil” ainda era um caminho incerto. Ao longo do segundo semestre de 1822 o processo de Independência não estava consolidado e muito menos havia alcançado todas as partes do Brasil. Tal contexto de incertezas, fortalece as tensões entre “portugueses” e “brasileiros”, assim como, a imprensa periódica se torna importante ferramenta para a construção da cidadania. Em contrapartida, o autor percebe que os debates também visavam construir laços

nacionais entre as províncias. Característica que se manteve na Carta Constitucional outorgada por D. Pedro I, em 1824. A seção “Para Sala de Aula” é composta por uma série de referências sobre plataformas e documentos que podem ser utilizados por professores e alunos. Dentre eles, Tasca destaca o projeto *Itinerários da Independência*, produzido conjuntamente entre Senado Federal e Universidade Federal de Minas Gerais. A plataforma online reúne materiais multimídias, como pinturas, fotografias, podcasts e vídeos. Além de contar com um “Guia do Educador”, com uma ampla lista de referências. Os materiais reunidos servem como uma ponte entre o professor e o pesquisador e auxiliam na elaboração de projetos pedagógicos.

Raphael Rocha de Almeida também segue o caminho da atividade política no capítulo “As independências do Brasil e as práticas políticas”. Seu objetivo é analisar os discursos e as práticas políticas que estavam sendo construídas no amplo processo que resultou na Independência e em seguida, na construção da ordem institucional. O autor analisou tanto os debates nas Cortes portuguesas, quanto um dos principais impactos do constitucionalismo no Brasil: a liberdade de imprensa e a construção da opinião pública. A partir da pesquisa de referência de Lúcia Neves, o autor destaca a importância dos embates políticos que marcaram as páginas dos jornais no século XIX. A imprensa trouxe ao debate público os mais variados temas políticos. O que também permitiu a difusão das novas ideias constitucionais, além de influenciar o debate parlamentar. O autor utiliza a seção “Para Sala de Aula” para levantar questionamentos sobre a forma que o tema da Independência do Brasil é abordado nos materiais didáticos. Isto porque, o destaque normalmente é dado aos grandes eventos e aos grandes personagens. Sendo assim, Almeida propõe resgatar as discussões em sala de aula a partir da história dos indivíduos e em como estes ocuparam os espaços públicos e a imprensa.

No capítulo 7, “As independências do Brasil e a questão fiscal”, Cláudia Maria das Graças Chaves se debruça sobre a fiscalidade no Brasil durante o processo de Independência. Para isso, a autora faz um retrospecto sobre a estrutura administrativa herdada de Portugal para chegar aos princípios da fiscalidade do Estado em formação. Chaves demonstra como foi árduo o caminho para conseguir transformar a lógica fiscal, mesmo na década de 1820. Entre as dificuldades no pós-Independência estavam as disputas regionais que envolviam, conseqüentemente, o controle das rendas e a administração fiscal. Desse modo, a autora ressalta que a questão da fiscalidade não apenas demorou para ser estabelecida no Estado independente, como também dependeu das negociações em torno da unidade nacional. Já na seção “Para Sala de Aula”, Chaves destaca a ferramenta disponível no site do Arquivo Nacional, chamada MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Os mate-

riais disponíveis pelo Arquivo permitem compreender as diversas instituições relacionadas com as questões fiscais, como juntas, provedorias e alfândegas.

Adriana Barreto de Souza, no capítulo “As independências do Brasil e os militares”, apresenta outra perspectiva sobre a instituição militar. O seu intuito é demonstrar que, na década de 1820, o termo “militares” possuía um significado diferente do atual e, por vezes, estava relacionado com as camadas populares. Naquele contexto não havia ainda uma instituição militar unificada, logo, a autora ressalta a atuação das “tropas da terra”. A denominação se referia as forças recrutadas entre a população local e foi muito utilizada por D. Pedro I, ao perceber a fragilidade da sua autoridade no período que antecedeu à Independência. Sendo assim, Souza consegue destacar em seu trabalho como, por meio desse aparato militar, as camadas populares se fizeram presentes nos embates em torno da Independência. Ao final, na seção “Para Sala de Aula”, a autora propõe o uso dos dicionários de época para analisar alguns verbetes relacionados ao aparato militar. Nesse sentido, os alunos conseguem observar as transformações dos termos e percebê-los como um produto histórico.

Mais uma camada da sociedade é discutida no capítulo “As independências do Brasil e a questão indígena”, por João Paulo Peixoto da Costa. O autor ressalta a precarização dos povos indígenas após a separação política de Portugal, os quais, por outro lado, tiveram participação ativa nos processos de Independência e de construção do Estado Nacional. Costa analisa a atuação de indígenas que, na condição de *nobres de terra*, ocuparam importantes cargos político-administrativos, como vereadores e juízes. Além disso, também é notória a participação popular dos grupos indígenas, por meio do envolvimento em rebeliões e recrutamentos militares. Em contrapartida, após a Independência ocorreu a regressão dos direitos políticos e a intensificação do trabalho forçado dessa população. Uma das propostas do autor na seção “Para Sala de Aula”, é o exercício analítico com as fontes imagéticas, como as gravuras de Jean-Baptiste Debret. Tal ferramenta auxilia o professor a levantar questionamentos em sala de aula sobre as diferenças entre os grupos indígenas.

Ítalo Domingos Santirocchi, em “As independências do Brasil e a Igreja”, destaca como a atuação do clero e o papel da Igreja ainda é uma lacuna que existe na historiografia. O autor busca, então, analisar no capítulo como os clérigos reagiram ao processo de independência nas sete dioceses e na Corte. A partir das cartas pastorais – instrumentos utilizados pelos bispos para se comunicarem com o clero e o povo –, o autor identificou que, em sua grande maioria, os bispos no Brasil fizeram uma leitura política alinhada com aquela das regiões nas quais viviam, como a defesa ao constitucionalismo e às Cortes portuguesas, no caso do Maranhão e Pará. Além disso, também foi ativa a participação do clero nas instituições político-administrativas que marcaram aquele contexto, como nas Juntas de Governo, nas Cortes de Lisboa, na imprensa constitucional dos anos de 1820 e, posteriormente, na

Constituinte de 1823. Ao final, o autor sugere ampliar as discussões sobre a Igreja Católica em sala de aula. Como ele aponta na seção “Para Sala de Aula”, os materiais didáticos comumente apresentam a Igreja Católica somente em momentos pontuais. A proposta do autor é que o papel da Igreja seja trabalhado em todo Período Imperial, com intuito de compreender a instituição como um dos pilares de sustentação do trono.

No último capítulo, “A Independência do Brasil nos livros didáticos de História”, a autora Raissa Gabrielle Vieira Cirino vai refletir sobre a temática pelo olhar do Ensino de História. A autora analisa as histórias apresentadas sobre o processo de Independência do Brasil em diferentes coleções de livros didáticos. Segundo Cirino, os materiais continuam perpetuando uma narrativa-mestre nacional, a qual prioriza analisar os artífices da Independência em prol do Estado nacional e as permanências e privilégios dos setores de elite. Nesse caminho, os livros didáticos acabam por não discutir aspectos importantes, como o caráter revolucionário da Independência. Em contrapartida, a autora observa também a incorporação de discussões historiográficas mais recentes, como o esforço em tentar evidenciar a atuação de diferentes setores populacionais. Ao final, Cirino sugere algumas alternativas que permitem complexificar a análise da temática em sala de aula, tais como: retomar o caráter revolucionário; ampliar o debate sobre as práticas políticas e de cidadania; e investigar os usos do passado da Independência.

Desse modo, o capítulo final da coletânea permite alinhar as discussões apresentadas em toda obra. Ao definir como objetivo a desnaturalização da Independência, os capítulos apresentados demonstram o alargamento temporal do período relacionado à temática, assim como, aprofundam as discussões e os personagens que construíram e debateram os diferentes projetos políticos que marcaram a década de 1820. Logo, a obra não só contribui para as comemorações do bicentenário, como também, reflete sobre problemas atuais a partir da Independência.

## REFERÊNCIAS

JANCSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. **Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira**. Revista de História das Ideias. Vol. 21, 2000.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado; FERNANDES, Renata Silva (org.). **A independência do Brasil: temas de pesquisa e ensino de história**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.